

Jornal do Sinpro PA



Nº 1 - Jan/Fev/2011 - Ano XVII

Sindicato dos Professores no Estado do Pará CUT *contag* DIEESE



CONVENÇÃO COLETIVA 2011/2012

Professores, chegou a hora de lutarmos pelos nossos direitos!

Melhoria das condições de trabalho, manutenção de todos os direitos conquistados em Convenção e elevação do poder de compra da categoria, são as principais bandeiras de lutas dos Professores da Rede Particular de Ensino, na Campanha Salarial 2011/2012.

A Diretoria do SINPRO/PA já enviou ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particulares do Estado do Pará (SINEPE), as propostas de reivindicações da **Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012**, debatidas e aprovadas pelos professores, em Assembléia Geral realizada no dia 14 de dezembro passado.

Mais informações na página 5 desta edição.

Leia nesta edição:

Plano Nacional de Educação. Pag. 7

Sinpro associou-se ao Diesat. Pag. 8

Cinemas Moviecom com 50% de desconto para sindicalizados. Pag. 6



PROFESSOR, VEM AÍ A COPA SINPRO/PA DE FUTSAL.

INSCRIÇÕES ABERTAS.

PARTICIPE!

INSCREVA SUA EQUIPE!

Professor, a sua participação e a de sua equipe são fundamentais para a realização e sucesso da nossa Copa Sinpro/PA de Futsal 2011.

As inscrições para as competições das categorias Principal e Sênior já podem ser efetivadas no período de 7 de fevereiro a 18 de março de 2011, pela manhã no horário das 08 às 12 horas e à tarde, das 14 às 19 horas, na sede do SINPRO/PA, a Trav. Rui Barbosa, 1331 - entre Nazaré e Braz de Aguiar.

A competição está programada para os meses de Abril, Maio e Junho deste ano, em local a ainda a ser definido pela

Diretoria de Esportes da Entidade.

As Copas Sinpro de Futsal são destinadas aos docentes da rede particular de ensino. Se você ainda não é associado, procure fazê-lo o quanto antes e participe de um dos maiores eventos esportivos da categoria.

Para facilitar o acesso e ter mais informações sobre as regras, regulamento e fichas de inscrições para as competições, acesse o site, www.sinpro-pa.org.br ou dirija-se à sede do Sindicato.

Vamos lá! Inscreva-se e vá mostrar seus talentos e o de sua equipe!

**PROFESSOR,
FILIE-SE AO
SINPRO/PA.**

**SOZINHO
VOCÊ
NÃO
CRESCER!**



Belém: (91) 3222-4466 - 3241-5379
Santarém: (93) 3523-5487
Marabá: (94) 3221-1081
sinpro@amazon.com.br
www.sinpro-pa.org.br



Calendário 2011 do SINPRO/PA à disposição da categoria

O SINPRO/PA está distribuindo à categoria, desde o início de janeiro deste ano, o Calendário 2011, já tradicional no meio docente.

A exemplo de outros anos em que utilizamos um conceito temático, o calendário deste ano traz como tema "A vida dos povos das águas e das florestas", que retrata o cotidiano dos homens e mulheres amazônicos que trabalham e vivem às margens dos nossos rios, verdadeiras ruas e avenidas de águas. A distribuição do calendário SINPRO/2011 é grátis e dirigida a todos os professores da rede particular de ensino.

Calendário de Recebimento de Proventos

JANEIRO

03 - Data limite p/ recebimento de Dezembro/10 + Hora Atividade + Triênio*

17 - Recebimento da quinzena

FEVEREIRO

04 - Data limite p/ recebimento do salário de Janeiro/11 + Hora Atividade +

Triênio*

15 - Recebimento da quinzena

MARÇO

04 - Data limite p/ recebimento do Fevereiro/11 + Hora Atividade + Triênio*

14 - Recebimento da quinzena

*Triênio somente para professores que já tem direito ao benefício.

Horários de atendimentos no Sinpro/PA

EXPEDIENTE - SEDE BELÉM

2ª a 5ª feira: 8h às 12h

14h às 19h

6ª feira: 8h às 12h - 14h às 18h

HOMOLOGAÇÕES:

2ª a 6ª feira: 8 às 11h30

ASSESSORIA JURÍDICA

Esc. Weyl, Freitas & Kawage

Dr. Marcelo Freitas,

Dr. Márcio Arrais

2ª a 4ª feira: 17h30 às 19h

5ª feira: Audiências de

Conciliação: 17h30 às 19h

SETOR SAÚDE

CLÍNICA GERAL

Dr. Mário Ernesto

2ª a 6ª feira: tarde - 15h30 às 18h

ODONTOLOGIA

Dra. Euda Bentivi Braga

(Odontopediatra)

2ª a 6ª feira: 8h às 12h

Dra. Mônica Almeida Loretto

2ª a 6ª feira: 15h às 19h

DELEGACIA SINDICAL DE SANTARÉM

Dr. Ubirajara Bentes

2ª a 6ª feira: 11h às 13h

17h às 18h30h

Sábado: 8h às 12h

ATENDIMENTO EM MARABÁ

2ª a 6ª feira: 8h às 12h

15h às 19h

Escritório de Advocacia

Dr. Roberto Salame

Rua São Francisco, 1892 -

Cidade Nova - Marabá/PA -

Fone: (94) 3221-1081

Jornal do
Sinpro/PA

Informativo do Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará - Jan/Fev/2011 - Site: www.sinpro-pa.org.br
Sede do Sinpro/PA: Trav. Rui Barbosa, 1331 (entre Nazaré e Braz de Aguiar) - Nazaré-Belém-Pará - CEP 66035-220
Fone/fax: (91) 3222-4466 - 3241-5379 - E-mail: sinpro@amazon.com.br - Centro de Formação Prof. Pimenta (CEFOP): Trav. Barão do
Triunfo, 2129 (entre Marquês e Visconde) - Pedreira - Fone: (91) 3246-7907 - Delegacia Sindical de Santarém: Trav. Dom Amando, 990 -
Santa Clara - CEP 68005-420 - Fone: (93) 3523-5487 - Atendimento em Marabá: Rua São Francisco, 1892 - Cidade Nova - Marabá/PA -
Fone: (94) 3221-1081 - Responsabilidade: Direção do Sinpro/PA - Secretário de Imprensa e Divulgação: Prof. Antônio Penela - Colaboradores deste número: Professores
Rosa Fares, Wilson Sodré e José Ribamar; entidades CONTEE, CUT, DIESAT; Nailson Guimarães - Projeto/redação: Cromagui/Estratégia Comunicação & Marketing
(agenciaestrategia@gmail.com) - www.agenciaestrategia.blogspot.com - Fones: (91) 3236-3069 - 8190-0624 - Direção de arte/Produção: Nailson Guimarães, Raoni
Guimarães - Charges/infográficos: Nasagui, arquivos - Fotografias: arquivos, Contee, CUT - Impressão: Graphite Gráfica & Editora Ltda.

Professores, a hora é esta: vamos lutar pelos nossos direitos!

A categoria, em assembléia geral realizada em dezembro de 2010, aprovou a pauta de reivindicações, que inclui a luta por reajuste salarial pelo índice inflacionário do período, mais ganho real. Portanto, professor, mostre que você também faz parte desta luta e discuta com os seus companheiros na escola. Com o seu apoio, continuaremos construindo um sindicato forte e combativo!

Com apoio da categoria, lutaremos por Reajuste Salarial com ganho real

A inflação anunciada do mês de janeiro do corrente ano no percentual de 0,94%, significa uma inflação anual acumulada, medida pelo INPC/IBGE de 6,53%.



A perspectiva de inflação para o mês de fevereiro é de queda. Se isso acontecer, a inflação do período, acumulada de março de 2010 a fevereiro de 2011, data base dos professores da rede particular de ensino, chegará ao percentual cumulativo de 6,28% e, no máximo de 6,5%.

Professor, a dificuldade que teremos para zerar as perdas salariais do período acumulado e mais ganho real, será uma tarefa árdua, po-

rém, o que está em negociação é uma política de valorização do salário-aula. A Direção do Sindicato, assessoria Jurídica e Econômica não medirão esforços para efetivar essa conquista.

O Sindicato patronal já repôs seus custos - repassando o índice de reajuste acima da inflação do período, de janeiro a dezembro de 2010 -, para as mensalidades escolares. Agora só falta os Professores usufruírem do seu reajuste salarial.

Reajuste do Piso Salarial



A direção do SINPRO/PA, luta na mesa de negociações, para elevar o percentual de reajuste do piso salarial da categoria, com ganho real, continuando a política de valorização do piso, para que não haja perdas em relação ao reajuste do salário mínimo.

Isonomia Salarial

A Convenção Coletiva de Trabalho, em sua Cláusula Nona, veda a contratação de professor com salário-aula inferior ao que vem sendo praticado na instituição de ensino.

A CLT em seu artigo

461 determina que: “Sendo idêntica função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.”

Plano de Carreira do Magistério: Valorização do Professor

A valorização do Magistério é um direito garantido na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que lutamos para implementar na categoria. Isto assegurará melhores condições de trabalho e segurança aos docentes.

O Plano de Carreira do Magistério inclui aspectos relativos a tempo de serviço, qualificação e titulação acadêmica, visando ascensão profissional. Por isso, é preciso lutar contra pseudo-planos de carreiras, cargos e salários, onde o docente - para o acesso de um nível a outro -, terá uma avaliação de desempenho sendo que, o enquadramento funcional promovido é de acordo com as possibilidades orçamentárias e com aprovação de critérios acima de suas possibilidades, criando condições que beneficiam somente a instituição e não ao professor, que é obrigado a cumprir uma série de metas, inclusive de carga horária, que acabam dificultando a sua ascensão e desvalorizando a carreira do magistério. O sindicato está lutando contra a implantação de planos, que, ao invés de valorizar o professor, dificultam a sua ascensão profissional.



Manutenção da Bolsa de Estudo para filhos de professores da Educação Básica e Ensino Superior

A manutenção para garantia da permanência da Bolsa Escolar para os seus filhos na Convenção, é uma luta constante. A Bolsa Escolar representa uma economia na sua renda mensal. É uma conquista do SINPRO/PA que fortalece a categoria e valoriza a profissão de docente.

Melhores condições de trabalho

O ambiente de trabalho, as condições físicas, o respeito e a valorização do professor são fundamentais para que a sua produção melhore a qualidade de ensino. Por isso, continuamos erguendo a bandeira de luta pela valorização das condições de trabalho do docente.

Manutenção de todos os direitos conquistados nas Convenções

Nosso objetivo não visa apenas a questão salarial, mas principalmente a manutenção das conquistas, a ampliação de direitos e a valorização do professor.

**PROFESSOR,
A LUTA POR
DIREITOS E
MELHORES
SALÁRIOS TAMBÉM
DEPENDE DE VOCÊ!
PARTICIPE!**

SINPRO/PA assina convênios visando melhor qualidade de vida ao professor

Sempre pensando na melhoria da qualidade de vida do professor e no excelente atendimento ao docente da rede particular de ensino, o SINPRO/PA fechou parcerias com algumas empresas ligadas a saúde, segurança, cultura e lazer. Com esses serviços, à disposição dos associados, é necessário a apresentação da carteira de sindicalizado para usufruir dos descontos que variam de percentual em cada empresa. Com isso, o Sindicato oferece mais serviços ao professor, que usufrui das vantagens que cada convênio lhe oferece.

Centro Médico Brasmede Consultas com especialistas e exames diversos

Trav. Três de Maio, 971 (esq. c/ Gov. José Malcher) - Fone: 3205-8888

Laboratório Rainero Maroja

Rua São Francisco, 112 (entre: Pça. da Bandeira e Almte. Tamandaré) - Fone: 3212-2330

Laboratório Beneficente de Belém

Trav. 14 de Março, 1765 (entre José Malcher e Nazaré) - Fone: 4005-7777

Iketani & Aldo Diagnóstico por Imagens

Rua Três de Maio, 1556 (entre Magalhães Barata e Gentil) - Fone: 4008-4700

Ótica imagem

Av. Alcindo Cacela, 1240 (entre José Malcher e João Balbi)

Fones: 3228-0498 - 8859-9815
8128-4960

Ótica Pará

Rua Santo Antônio, 341 - Campina
Fone: 3252-3821

Corretora Pires Seguro Residencial e Veículos Raimundo José Weyl

Fones: 3279-8673 - 3259-4415
9161-9938
E-mail: riocaete@bol.com.br

Cinemas Moviecom - Meia Entrada

50% de desconto para professores sindicalizados da rede particular de ensino. **Informações/Sinpro/PA: 3222-4466 - 3241-5379**

Cinemas Moviecom com 50% de desconto para Professores

O SINPRO/PA fechou parceria com o Grupo Moviecom, com salas de cinemas no país inteiro, para que os professores da rede particular de ensino tenham acesso mais barato aos filmes exibidos.

Para usufruir do benefício (ingressos), o associado deve apresentar o Cartão EZip da Moviecom, carteira de sindicalizado e documento oficial com foto. O valor do ingresso dá desconto a 50% da tarifa cheia praticada em quaisquer cinemas da rede Moviecom. Mas, atenção, o desconto não vale para filmes em 3D, nem é cumulativo, ou seja, caso o associado seja também, por exemplo, idoso, estudante ou já possua o cartão eZip, o preço a ser pago continua de 50% (cinquenta por cento) do valor integral do ingresso vendido na bilheteria.

Para se cadastrar

Para se cadastrar e obter o seu Cartão de Desconto Moviecom, o professor deve fazê-lo primeiro no site seguindo as orientações abaixo:

1. Entre no site www.moviecom.com.br e clique em "escolher depois";
2. Na página inicial clique em "venda online";
3. No lado esquerdo da tela, clique em "cadasre-se";
4. Preencha as informações do cadastro;
5. Depois, é só solicitar na bilheteria de qualquer Moviecom, apresentando seu CPF, informando e-mail cadastrado e efetuar a taxa de inscrição de R\$ 10,00. O benefício é válido por 1 (um) ano.

É mais um serviço com parceria de qualidade, para que o professor agora tenha acesso mais fácil à cultura e ao lazer.

O PROFESSOR X FRACASSO DO ALUNO

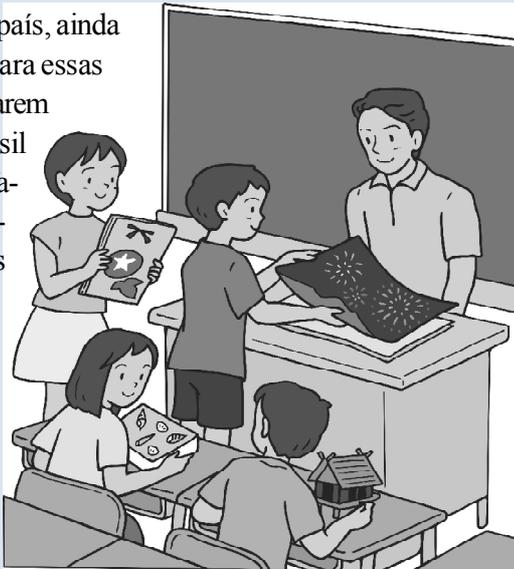
Nas últimas duas décadas, as camadas mais pobres da população brasileira foram as que mais avançaram em escolaridade, mas apesar da proliferação de centros universitários no país, ainda não foi possível para essas famílias ultrapassarem barreiras. No Brasil filhos de pai analfabeto, por exemplo, têm apenas 1% de chance de concluir o ensino superior.

Os pais que atingiram 16 anos de escolaridade, ou seja, com ensino superior completo, 60% dos seus filhos concluem a universidade. No outro extremo, 34% dos filhos de analfabetos não chegam a aprender a ler e a escrever.

Outro problema está na qualidade do ensino e na valorização do professor, a cada ano letivo que se inicia convivemos com os velhos fantasmas: a falta de responsabilidade pelos estudos, falta de compromisso dos alunos, a família transfere o compromisso da formação do aluno para escola.

Sabemos que os alunos, principalmente os mais jovens, não são preparados para tanta pressão, fazendo com que os mesmos busquem soluções inadequadas para resolver o problema da aprendizagem.

Há alunos que selecionam disciplinas em detrimento a outras. Nós professores somos diariamente abordados por pais questionando a ne-



cessidade de determinados conteúdos na estrutura curricular. A atitude de desimportância à determinada disciplina, chega até nós, com o aval da família, e em alguns casos com o consentimento da escola, quando a mesma coloca para segundo plano tais disciplinas.

Compreendo tudo isto, mas compreender não é aceitar! Não entendo a facilidade que o aluno tem em responsabilizar o professor por uma atividade que não foi feita, ou por uma média não alcançada. É comum

para este aluno não fazer as atividades indicadas pelos professores, utilizando-se de justificativas para não realizá-las. O que este aluno quer nos dizer com isso? Que o professor não irá corrigir com dedicação o que ele escreveu? Que a escola não fará nada com ele? A reflexão que faço é: Porque tais atitudes acontecem a cada ano e com mais frequência? O professor acaba ficando com um conflito que não é seu: se decide pela reprovação do aluno, o professor é rotulado de chato...., é "rigoroso" demais.... é um "estressado"... Se flexibiliza os prazos e os conteúdos, já é "bonzinho" demais.... não sabe avaliar direito o aluno... E o aluno que não fez a sua parte como fica nesta história? mas é o professor que tem que assumir o fracasso do aluno?



Não podemos nos perder em ilusões e em falsos caminhos, a solução é a escola dar condições ao professor de ensinar e a família ao aluno de aprender. Precisamos ter a coragem de enfrentar os problemas nas suas verdadeiras causas, e estas ultrapassam os espaços da sala de aula.

José Ribamar Barroso, professor formado em Letras pela UFPA, Diretor do SINPRO/PA e da Executiva da CUT/PA.

Mulheres jovens são a maioria fora da escola e do emprego

Parte da população de 18 a 24 anos do país faz parte de um grupo que nem estuda, nem trabalha: cerca de 3,4 milhões de jovens representam 15% dessa faixa etária. Um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) mostra que as mulheres são mais afetadas, muitas vezes em função da maternidade e do casamento.

Dos jovens fora da escola e sem trabalho, 1,2 milhão concluiu o ensino médio, mas não o superior. Essa proporção aumentou de 2001 a 2008, segundo o Inep, e quase 75% são mulheres.

O estudo reflete que a desigualdade de gênero persiste nos salários e no emprego. Entre mulheres de 18 a 24 anos na escola e/ou empregadas, o percentual daquelas que têm filhos é cinco vezes menor, existindo correlação entre casamento/maternidade e saída da escola e do emprego. Um dos fatos é a queda da matrícula entre 2009 e 2010 nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo dados do último censo escolar.

Uma das estratégias para garantir que a jovem prossiga os estudos ou in-



gresso no mercado de trabalho é a ampliação da oferta em creche. Hoje, menos de 20% das crianças até 3 anos têm acesso a creche no país.

Fonte: Agência Brasil/Contec



PNE quer fixar em lei reajuste de salário de professor

O Plano Nacional de Educação (PNE) para 2011/2020 propõe reajuste real, previsto em lei, para o piso dos professores. O piso atual é de R\$ 1.024,67, considerado baixo pela União, pago por prefeituras e governos estaduais, que acham alto o valor.

Aprovado em 2008, com previsão de aumento anual com base na inflação, o piso foi alvo de ações por governadores e prefeitos que alegavam impossibilidade de pagar R\$ 950 (valores de 2009). A lei foi mantida e no ano passado o piso subiu para R\$ 1.024,67, que o Governo Federal afirma ser baixo e avalia que um professor - que atualmente precisa de curso superior - não pode ganhar menos que um trabalhador sem qualificação. A intenção é chegar, aos poucos aos R\$ 3 mil reais.

Quando a emenda do piso foi aprovada, o Governo Federal incluiu uma cláusula com aumento de 10% no repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), para as prefeituras que não conseguiriam pagá-lo. O MEC quer o reajuste transformado em lei e modificar a emenda que criou o piso nacional. Um dos obstáculos do PNE é a determinação da meta de investimento público em educação para 2011/2020. O Plano prevê percentual de 7% do PIB. Hoje, o investimento é de 5% (R\$ 156,7 bilhões/ano). Alcançar 7% significa aumentar R\$ 62,7 bilhões ao final de 10 anos.

O Governo quer professores com melhores salários, para que a profissão atraia mais jovens. Hoje, a falta de docentes é o maior entrave da Educação: muitos não têm formação adequada e a profissão atrai menos candidatos, gerando falta de professores, principalmente em Ciências Exatas e Naturais. Pagar salários dignos é uma das formas de transformar esse cenário.

As 20 metas do PNE têm estratégias a serem cumpridas - que já foram discu-

tidas nas conferências municipais, regionais, estaduais e nacional, que transformou-se em um projeto de lei que se encontra no Congresso e na Câmara Federal para ser aprovado nas Comissões de Educação e Constituição e Justiça, e nas plenárias do Senado e da Câmara.

Os professores, a sociedade civil organizada, devem acompanhar a tramitação do projeto no Congresso, fazendo pressão para que os parlamentares dêem prioridade a esse relevante projeto. Esse é maior desafio da sociedade brasileira e das entidades de classe que lutam pela melhoria da Educação no país.

PNE: METAS PARA A EDUCAÇÃO

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos; e ampliar, até 2020, a Educação Infantil para atender a 50% de crianças até 3 anos.

Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para a população de 6 a 14 anos.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para alunos de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, as matrículas no Ensino Médio para 85%, nesta faixa etária.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até oito anos de idade.

Meta 6: Oferecer Educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica.

Meta 7: Atingir médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Meta 8: Elevar a escolaridade média de 18 a 24 anos, para alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do

campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres; e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto; e reduzir em 50% o analfabetismo funcional

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação profissional nos anos finais dos Ensinos Fundamental e Médio.

Meta 11: Duplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade de oferta.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

Meta 13: Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da atuação de Mestres e Doutores nas instituições de Educação Superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* para atingir titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15: Garantir, em colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que todos os professores da Educação Básica tenham formação de nível superior na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% de docentes da Educação Básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, garantindo a todos, formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17: Valorizar o magistério público da Educação Básica para aproximar o rendimento médio do docente com mais de onze anos de escolaridade, do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Meta 18: Assegurar, em 2 anos, planos de carreira para docentes em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada nos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Meta 20: Ampliar progressivamente investimento público em Educação para atingir, no mínimo, 7% do produto interno bruto do País.

Seminário Estadual de Educação Superior

O SINPRO/PA realizará em abril, em Belém, o Seminário Estadual de Educação Superior que abrangerá a região metropolitana. Informações completas sobre o evento estarão disponíveis brevemente para que os professores da Educação Superior da rede particular de ensino possam inscrever-se, participar e contribuir no seminário e ajudar a construir uma nova Educação Superior.

Aguarde mais informações na próxima edição do nosso jornal.

Oficina de Geografia Física será realizada no Sinpro/PA

O SINPRO/PA, a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Belém) e a Confrageo (grupo autônomo de professores de geografia) promoverão, nos dias 1 e 2 de março próximo, uma oficina com temas inseridos e contextualizados na chamada "Geografia Física" voltados para a nova abordagem metodológica do ENEM. A oficina discutirá a forma pela qual é abordada a Geografia Física nos processos seletivos, em especial no ENEM, contribuindo para a qualificação dos professores em suas práticas pedagógicas.

A oficina será ministrada por professores Mestres e Doutores da UFPA e outras instituições de ensino superior do país. A participação de geógrafos e profissionais de áreas afins garantirá aos mesmos, o recebimento de certificado. A oficina tem caráter de formação continuada com direitos garantidos na Convenção Coletiva 2010/2011 e acontecerá no auditório do SINPRO/PA,

As inscrições serão realizadas na sede do SINPRO/PA no horário comercial. Mais informações no local ou pelos fones 3222-4466/3241-5379 (SINPRO/PA), 8253-4939 (Prof. Franco), 8320-4671/8838-7717 (Prof. Odimar Melo) e 8815-2888/8151-5505 (Prof. Eliomar Meira).

Mínimo para distribuição de renda

Para a CUT e demais centrais sindicais, tão importante quanto o valor do salário mínimo e do reajuste do IR em 2011, é garantir a política permanente de valorização e de correção da tabela do imposto de renda

O primeiro encontro entre Centrais sindicais e Governo Dilma, no dia 26 de janeiro passado, ratificou dois compromissos importantes: a manutenção de valorização do Salário Mínimo (SM) e a correção da tabela do imposto de renda (IR), prioridades na agenda da classe trabalhadora.

"Queremos que a presidente Dilma garanta seu cumprimento até 2015", disse o presidente da CUT, Artur Henrique. "Não concordamos com o valor de R\$ 545 e manteremos a defesa dos R\$ 580, porque a política é de valorização e não de reposição do mínimo", alertou.

PELA MANUTENÇÃO DO ACORDO COM OS TRABALHADORES

Em nova reunião, no dia 2 de fevereiro corrente, Artur ressaltou a necessidade de 2011 ser um ano diferenciado. "Entendemos que o valor proposto pelo governo cumpre o compromisso de 2007, mas queremos que 2011 seja excepcional para os trabalhadores, como foi para empresários, beneficiados com redução de impostos e aumento de crédito".

Segundo a política de valorização do SM firmada entre as Centrais e o ex-governo Lula, o valor é reajustado anualmente, considerando-se a soma do crescimento do PIB de dois anos anteriores, mais inflação do período. Em 2009, o PIB ficou negativo em 0,2%. O índice para definir os R\$ 545 leva em conta apenas a inflação de 2010, em 6,47%.



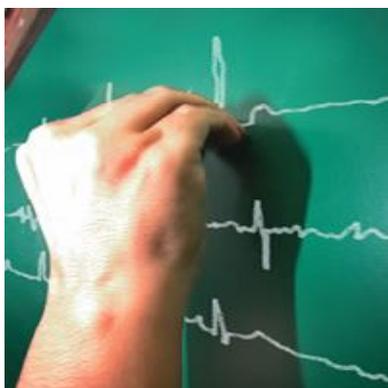
O dirigente classifica de fundamental importância a correção da tabela do IR, para que as conquistas das campanhas salariais não sejam anuladas. O aumento salarial faz com que os vencimentos sejam incluídos em nova faixa de

contribuição e sejam "engolidos" pela Receita. Com o ajuste da tabela em 6,46%, como querem as Centrais, fica isento quem ganha entre R\$ 1.647,43 e R\$ 1.753,85. Trabalhadores com valor acima também seriam beneficiados com imposto menor.

POR AUMENTO REAL DE 14% EM 2012

Diante do crescimento de 4,5% previsto para o Brasil em 2011, Artur lembrou a importância de uma Medida Provisória que garanta o acordo salarial até o final do mandato de Dilma, independente do projeto de lei sobre o tema, parado no Congresso, antes que setores conservadores e burocratas mudem as regras. "Pelo acordo, em 2012 teremos aumento real de 14%, ótima notícia para quem quer acabar com a miséria, como afirmou a presidente Dilma. Afinal, (...) a valorização do mínimo é fundamental para a distribuição de renda", avaliou o presidente da CUT.

Sem ter certeza do apoio da base aliada para aprovar o valor de R\$ 545,00 para o SM, o Governo articulou um Plano B: insistirá no valor mais baixo, porém, acertou com a oposição, que acatará a emenda apresentada pelo PDT, reajustando o mínimo para R\$ 560,00, valor aceito pela oposição.



SINPRO/PA ASSOCIOU-SE AO DIESAT

Preocupado com as condições de saúde da categoria, o SINPRO/PA buscou uma alternativa de parceria com o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), órgão intersindical brasileiro que se dedica as questões relacionadas a saúde do trabalhador.

O Diesat foi criado ao final de 79 pela necessidade das entidades sindicais compreenderem a importância da saúde dos trabalhadores. É uma entidade que elabora pesquisas, estudos, cursos de formação, publicações e dá assessoria técnica de qualidade, contando com um Conselho Científico formado por professores universitários e especialistas em saúde do trabalhador.

Por ser o primeiro órgão intersindical brasileiro a se dedicar a saúde do trabalhador, o Diesat, é um importante assessor sobre questões do meio ambiente, saúde e trabalho no movimento sindical. A parceria com o SINPRO/PA representa o fortalecimento na concretização da cidadania nos locais de trabalho.

DEFESA DA SAÚDE DO PROFESSOR

Agora, professores e professoras da rede particular de ensino têm mais uma ferramenta na defesa dos seus direitos na área de saúde. O Diesat estará disponível para participar das campanhas pela melhoria da qualidade de vida e da saúde do docente, disponibilizando livros, pesquisas, cursos e projetos de formação e capacitação.

DESAFIOS DO SINPRO/PA

A preocupação da direção da entidade é com os docentes que, no ambiente de trabalho, sofrem das chamadas doenças profissionais, tais como a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), problemas de coluna, aparecimento de varizes, tanto nas mulheres como nos homens, alergias, dores lombares, estado psicossocial abalado em função do fantasma da demissão, e outra série de problemas que afetam a saúde física e psicológica dos professores da rede particular de ensino.

O SINPRO/PA fará um estudo sobre os males que prejudicam o desempenho do professor em sala de aula, com a ajuda do Diesat, para que se forme uma rede de proteção em que se possa denunciar e agir em cima de problemas advindos de condições inadequadas no ambiente do trabalho.

A associação do SINPRO/PA ao Diesat, significa o fortalecimento e a valorização da categoria, que agora dispõe de instrumentos na defesa e proteção da sua saúde profissional, além de manter viva a luta pelo nosso ideal.

CONTEE realiza Encontro dos Técnicos em Administração de Ensino

Aconteceu nos dias 21 e 22 de janeiro, em Brasília, o V Encontro Nacional dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos



de Ensino Privado. O evento teve participação de 75 representantes de 23 entidades filiadas à CONTEE.

Os assuntos abordados foram desde a Emenda Constitucional 45, desafios da organização sindical, saúde no trabalho, plano de carreira dos trabalhadores técnicos administrativos, entre outros.

Internacional da Educação realiza Conferência

Mais de 300 mulheres de organizações sindicais do mundo, filiadas a Internacional da Educação, reuniram na Tailândia na I Conferência Mundial da Mulher.

O encontro visou construir uma rede global de trabalhadoras da educação, socializar experiências regionais e a participação das mulheres nas organizações sindicais como medida para alcançar igualdade e melhorar condições de vida das mulheres.

A Contee foi representada na Conferência por Nara Teixeira, diretora de gênero e etnia da entidade.

Presidente Dilma nomeia advogada da Contee para Ministra do TST

No dia 10 de fevereiro corrente, a presidente Dilma Rouseff nomeou a Dra. Delaíde Alves Miranda Arantes, ex assessora jurídica da Contee, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, decorrente da aposentadoria do Ministro José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes.

